

BASTIDORES

ROBSON SINOMAR

1. - O juiz de Cajazeiras-PB, foi denunciado ao Ministério Público por estuprar uma menina, mediante coação.

Trabalhava como doméstica na casa do magistrado, que faz agora, ameaças à mãe da menor.

2. - Deputados estaduais do Piauí tentam convencer ao eleitorado que fazem jus a um salário de Cr\$ 3,5 milhões.

Acham que merecem, pois, de segunda a quinta-feira, dão um duro de duas horas - das 16 às 18 - chuva ou faça sol.

3. - Magri sempre que viaja mede os passos para não se encontrar com o líder da CUT.

Enquanto isso, trocam chumbo: Meneguelli, que chama o ministro de "peão deslumbrado", foi apelidado de "viúva negra".

4. - Juraci Magalhães foi escolhido o prefeito que mais obras fez em 400 dias - média de três a cada 24 horas.

Enciumado, o governador Ciro Gomes aumentou as obras do Estado em Fortaleza, com muito barulho na imprensa.

5. - Uma médica de 29 anos emplacou Pelé e se casam em janeiro, segundo o "rei".

Fisgou o negão porque nunca o tratou pelo apelido e por se interessar em ajudá-lo a resolver problemas empresariais, sem publicidade.

6. - A CPI da AL/MT, para reaver 2 milhões de hectares titulados de 1962 a 1988, dará com os burros na água.

Como a lei não pode ser repristinatória (voltar efeitos, senão para beneficiar), esbarrar-se-á num primarismo jurídico.

7. - O Governo Federal encarava como invasão a ocupação de uma área suburbana de Belém, por 20 mil pessoas, há 10 anos.

Cansado de esperar, Jader Barbalho passou sobre a Constituição, desapropriando os 28 has.

8. - Cantado em prosa e verso o "goiano" César Galvão, ganhador de uma medalha de bronze em taekwondo, em Cuba.

O bairrismo continuou mesmo quando ele confessou ser mato-grossense - de Barra do Garças - mas mora em Goiânia.

9. - Verdadeira briga de foice é a luta do governo para regionalizar os honorários médicos.

Todo mundo quer que as consultas sejam um problema de cada um, com os doutores cobrando pela cara ou posses do freguês.

10. - Carlos Chiarelli caiu sem apresentar propostas novas no MEC, mas foi o campeão das horas de voo.

Foi o que mais viajou durante sua gestão, havendo estados pisados por ele até cinco vezes.

11. - Comissão do CTA - Centro Técnico Aeroespacial - aprovou o disco-voador feito por um físico de Manaus.

O protótipo tem propulsão turbo-iônica, com reação centrífuga, podendo atingir velocidade da luz, no espaço cósmico.

12. - Cleto Falcão está pescando pela barriga, com a feijoada dos sábados, o apoio político para o governo.

Ainda não conseguiu botar Ulysses sentado à mesa, mas ACM, o convidado de amanhã, disse que não perderá a comilança.

Dia a Dia

Ótima piada

Gorbachev diz que passou por momentos delicados no cativo. Não conseguiu conter o riso quando soube quem eram os golpistas.

Senna está treinando com câmbio normal em seu carro. Então, como sempre, perderá normalmente o grande prêmio de domingo.

Ninguém mais acredita na queda da inflação. A própria inflação, convencida disso, sobe desesperadamente.

Ministro da Saúde admite que epidemia de cólera vai aumentar. E que sabe em que país ele é o ministro da Saúde.

Prefeitura prende fiscais municipais corruptos, que a administração da cidade de São Paulo sempre afirmou serem todos honestos.

Em Moscou, derrubaram a estátua do fundador da KGB. É que precisam do espaço para usá-lo com alguma coisa mais útil.

Canibal americano confessa mais três crimes. Ainda bem que o apanharam a tempo, se não o que fazer dos EUA inteiramente vazios.

Brasília continua sendo o lugar agradável que o presidente e seus auxiliares escolheram para tirar cinco anos de férias.

Requião fala em recessão

CURITIBA - O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), concorda com a maioria das propostas do Governo Federal para o saneamento financeiro dos Estados. Mas disse que vai a reunião de segunda-feira, em Brasília, como governador de um Estado que não tem nada para ganhar com o Governo Federal. Está preocupado com a recessão, com o desemprego e com a quebra na produção agrícola, afirmou. Ele aceita que as mudanças na Constituição sejam feitas imediatamente, para acabar com tudo que atrapalha a República, embora não saiba se tem condições de convencer a bancada do Paraná a votar a favor das mudanças. Tenho condições de conversar com os deputados, mas não vou colocar cabresto em ninguém, afirmou.

Governo vai vetar indexação

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, anunciou ontem que o governo vai vetar a proposta de indexação salarial, se ela for aprovada pelo Congresso Nacional. Advertiu ainda que "se o Congresso Nacional derrubar este veto, ele terá que se responsabilizar pelo que vai acontecer". Para o ministro, a proposta da comissão de trabalho da Câmara, de passar o salário mínimo para Cr\$ 60 mil, já em agosto, "é completamente inviável".

Passarinho disse que o governo já tem uma posição firmada sobre a política salarial, mas, de qualquer maneira, vai tentar um acordo com os parlamentares. Ele voltou a defender

Entre as principais propostas feitas ontem pelo presidente Collor, Requião é contra acabar com a obrigatoriedade de o Governo Federal investir 18 por cento de sua receita em educação. Também discorda da privatização das universidades federais, dos serviços telefônicos e de transmissão de dados, e em princípio reduzir o percentual de retenção do ICMS de 25 para 20 por cento.

Quanto a proposta do governo de conceder prazo de 20 anos para os Estados rolarem suas dívidas, Requião disse que não precisa de prazo. Nossa dívida pode ser paga com apenas 17 dias de arrecadação e está escalonada até o ano 2.017, disse. O Paraná tem uma dívida externa de US\$ 264 milhões (Cr\$ 100 bilhões pelo câmbio comercial).

a livre negociação entre empresários e trabalhadores, com proteção apenas para o salário mínimo, afirmando que "não se sai de uma hiperinflação sem sacrifícios". Na opinião do ministro, esses sacrifícios tem de ser distribuídos "de maneira justa".

O ministro afirmou que "toda luta do governo tem sido no sentido de que os preços não vençam os salários nesta corrida", e observou que "já está provado empiricamente que toda vez que se realiza uma indexação salarial os preços sobem mais do que os salários". Ele salientou ainda que o reajuste nominal de salários é "uma ilusão ao trabalhador".

Governo federal propõe reforma constitucional

BRASÍLIA - Para viabilizar o programa de saneamento financeiro dos Estados (rolagem por 20 anos da dívida de US\$ 57 bilhões), o governo apresentou ontem aos secretários estaduais de Fazenda e Planejamento, reuniões em Brasília, uma proposta de ampla revisão constitucional, além de um rígido figurino de redução de despesas por parte dos Estados. O documento, que será examinado pelos governadores na reunião da próxima segunda-feira com o presidente Fernando Collor, divide as propostas em permanentes e temporárias - estas, com vigência até dezembro de 1993.

As mudanças abrem caminho para uma reforma tributária profunda, mas o alvo principal é o funcionalismo público. Os servidores perdem a estabilidade temporariamente, passam a ter de recolher para o Fundo de Aposentadoria a ser criado, e se submetem a redução de salários. A seguir, os principais pontos da reforma constitucional apresentadas aos secretários de Fazenda e Planejamento dos Estados, reunidos no Ministério da Economia:

Servidores - Os servidores públicos poderão ter seus salários reduzidos. Os servidores em disponibilidade terão direito apenas a quinta parte dos salários;

Aposentadoria - Para a aposentadoria, será exigido tempo mínimo de serviço: 35 anos dos homens e 30 da mulher. Acaba a aposentadoria integral para professores e aposentadoria proporcional por tempo de serviço; para os servidores, também termina a aposentadoria integral por tempo de serviço. E são exigidos 30 anos de trabalho e 55 de idade, para as mulheres; 35 de trabalho e 60 de idade para os homens. A aposentadoria passa a ser financiada por um fundo de seguridade a ser criado com contribuição dos servidores. As mudanças atingiriam a aposentadoria dos membros do Poder Judiciário e as pensões militares;

Orçamento - Descontadas as transferências constitucionais e os recursos da Previdência, o governo se anteciparia as leis orçamentárias para fixar o rateio de recursos entre os poderes: o Legislativo ficaria com 2,1 por cento, o Judiciário com 4,2 por cento, e o

Poder Executivo com 93 por cento dos recursos.

Pessoal - As despesas com pagamento de pessoal ficam reduzidas a 65 por cento da arrecadação no caso da União e a 60 por cento no caso dos Estados e Municípios. Dos recursos para pagamento de pessoal da União o Executivo ficaria com 55 por cento, o Judiciário com 3,3 por cento e o Congresso com 1,7 por cento. As despesas deverão se adequar a esses limites no prazo máximo de 3 anos;

Educação - Desaparece a garantia da União investir 18 por cento das suas receitas em educação. A Constituição só garantiria a gratuidade do ensino nos primeiro e segundo graus, permitindo a privatização das universidades federais;

Sigilo bancário - está previsto o fim do sigilo bancário;

Privatização - É previsto a privatização dos serviços telefônicos e de transmissão de dados;

Temporárias - Para financiar a rolagem da dívida dos Estados, o governo propõe ainda mudanças temporárias na Constituição, que durariam até dezembro de 1993;

Estabilidade - Fica suspensa temporariamente a estabilidade no emprego para servidores públicos;

Impostos - Fica suspensa a exigência constitucional da atualidade dos impostos: o governo ficaria autorizado a instituir novos impostos sobre renda e patrimônio e cobrá-los imediatamente, viabilizando uma rápida reforma tributária; Tributos/rateio - Fica reduzido o percentual de retenção pelos Estados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), de 25 para 20 por cento;

Fundos - Desvia 80 por cento dos recursos destinados aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o financiamento do programa de ajuste;

Seguro-desemprego - Desvia recursos atualmente destinados ao fundo de amparo ao trabalhador, que financia o seguro-desemprego, também para o financiamento do programa;

Salários - até dezembro de 1993, o governo ficaria desobrigado de reajustar os salários dos servidores civis e militares na mesma data.

Governo, temendo a derrota, começa a ameaçar os estados

Por Marta Salomon

BRASÍLIA - O governo formalizou ontem os termos do entendimento com os governadores: a minuta do acordo para a rolagem por 20 anos da dívida de US\$ 58 bilhões (cerca de Cr\$ 17,4 trilhões) foi divulgada junto com a proposta de um "emendão" constitucional. A implantação do programa de saneamento financeiro de ajuste fiscal "fica na dependência" da aprovação do "emendão", segundo o texto distribuído pelo Ministério da Economia aos secretários estaduais de Fazenda e Planejamento. A proposta atinge, de uma só vez, 31 dispositivos da Constituição.

"O choque torna-se inevitável", avalia, em tom ameaçador, a nota do ministério, que classifica de "muito delicado" o momento por que passa a política econômica. "Essa tem sido a saga das equipes econômicas que se sucederam nos últimos anos e fatalmente o mesmo ocorrerá em sua fase dois (do Plano Collor), se não for possível tomar, em tempo, as medidas necessárias para que se evite mais uma derrota".

Para garantir a aprovação de mudanças constitucionais, mais que o apoio dos governadores, o presidente Fernando Collor precisa dos votos favoráveis de três quintos do Congresso Nacional - 302 deputados e 49 senadores - em dois turnos de votação na Câmara e no Senado.

PROPOSTAS

Num só pacote, o governo reuniu várias das propostas polé-

micas já defendidas pelo presidente Collor no primeiro aniversário de seu mandato. As propostas de mudanças na Constituição - umas permanentes e outras temporárias - abrem caminho para uma ampla reforma tributária, com a possibilidade de instituir novos tributos sobre renda e patrimônio e cobrá-los imediatamente, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e com o sigilo bancário.

O principal alvo é, o funcionário público: fica suspensa temporariamente a estabilidade no emprego, os servidores passam a recolher para um fundo de aposentadoria e poderão ter seus salários reduzidos a quinta parte, caso sejam colocados em disponibilidade. Essa última mudança na carta tenta contornar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional a redução no salário dos disponíveis.

Além da ajuda para convencer os parlamentares a aprovarem mudanças consideradas impopulares, o governo espera obter dos governadores o compromisso de uma administração rigorosa das despesas dos Estados, num programa detalhado que duraria 24 meses. O memorando de entendimento a ser assinado que duraria 24 meses. O memorando de entendimento a ser assinado pelos governadores fixa o prazo de 180 dias, após a aprovação do "emendão", para os Estados aderirem ao novo "fi-

gurino". Os Estados ficariam proibidos de emitir títulos de dívida pública.

RECEITAS

E mais: as despesas com pessoal ficariam limitadas a 60 por cento das receitas líquidas, enquanto os demais gastos de custeio e as despesas com o serviço da dívida não poderiam consumir mais de 15 por cento das receitas. O refinanciamento proposto atinge toda a dívida interna ou externa vencida ou a vencer contraída até junho passado. O pagamento seria feito em 40 parcelas semestrais.

Para financiar o programa de ajuste, o governo propõe o desvio de recursos do PIS-PASEP, destinados constitucionalmente para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga o seguro-desemprego. Lança mão do remanejamento de recursos dos fundos de investimentos da Amazônia e Nordeste, e ainda da redução do percentual retido pelos Estados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As propostas de alteração temporária na Constituição, que incluem ainda a suspensão da estabilidade no emprego para o funcionalismo e do dispositivo que garante a irredutibilidade dos salários, dariam a União US\$ 7,6 bilhões para financiar o programa e ajudar em investimentos dos Estados, segundo cálculo do Ministério da Economia.

Collares não aceita condições

PORTO ALEGRE - O governador gaúcho Alceu Collares (PDT) é favorável a modificações de alguns artigos da Constituição Federal propostas pelo presidente Fernando Collor, antes mesmo da reforma prevista para 1993. Mas não aceita negociar o apoio a reforma constitucional em troca de uma rolagem da dívida do Estado em condições favoráveis. Collares disse que já conversou com o presidente Collor sobre a rolagem da dívida e que em nenhum momento foi colocado qualquer tipo de condicionamento.

Collares concorda com o fim da estabilidade do funcionalismo público e modificações na aposentadoria - itens que constam da proposta apresentada ontem pelo governo. Sou a favor da equalização das vantagens do funcionalismo com as dos trabalhadores da iniciativa privada, salientou. "Mas isto não significa que esteja disposto a mobilizar a bancada gaúcha para que defenda as modificações pretendidas pelo presidente Collor na Constituição. Não faria um trabalho de convencimento, até mesmo porque entendo que muitas das alterações constitucionais defendidas pelo presidente são de consenso dos parlamentares", justificou.

No atacado, Collares concorda com a proposta de Brasília. Mas no varejo encontra problemas para a viabilização. O governador não aceita um figurino apertado para o pagamento do serviço da dívida, comprometendo 15 por cento da receita.



Fleury: "a rolagem da dívida tem que ser uma decisão técnica"

Fleury afirma que não quer vincular a dívida dos estados ao "emendão"

BRASÍLIA - O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury (PMDB), negou ontem que a rolagem da dívida dos Estados esteja condicionada ao apoio as reformas constitucionais propostas pelo Governo Federal. "Essa interpretação é errada - disse Fleury, após afirmar que não esta sendo praticada a política do "é dando que se recebe". Segundo ele, o assunto tem de ser tratado de forma técnica, já que a rolagem da dívida dos estados também interessa ao Governo Federal.

"A rolagem da dívida tem que ser uma decisão técnica e a questão de apoio as mudanças da Constituição vai depender do discernimento e do interesse de todos os governadores" - salientou Fleury, que esteve ontem no Palácio do Planalto para prestigiar a posse do professor José Goldemberg no Ministério da Educação.

Ao condenar qualquer tentativa de interpretação de rolagem de dívida por troca de votos - no Congresso, Antonio Fleury Filho disse que, se a rolagem não aconte-

cer, inviabilizará não apenas os Estados, mas também o Governo Federal. "Assim como o Governo Federal esta fazendo a rolagem da dívida com os credores internacionais, nós também queremos fazer a nossa, não é favor algum - acentuou o governador paulista.

E acrescentou que esse assunto tem de ser discutido tecnicamente dentro de um contexto mais geral: "nós queremos sanear as finanças de nossos Estados e fazendo isso estamos contribuindo para a melhora da condições do nosso próprio país. Em São Paulo, já fizemos um grande esforço de saneamento a um custo elevado e hoje temos um Estado absolutamente equilibrado".

Após lembrar que São Paulo possui a maior dívida mobiliária do País, construída em 30 anos, Fleury não pode aceitar que alguém diga que, a partir de agora, não há mais rolagem da dívida, e que chegue a hora de pagar. E acentuou: "Nós queremos pagar, mas de forma que não comprometamos os investimentos no básico do Estado".